



“chore, você está sendo filmado!”: videodocumentário sobre câmeras¹ de vigilância nos espaços públicos e privados de Belo Horizonte

Janáina de ANDRADE PINTO²
Nádia NUNES LAGE³
Wesley RICARDO MACIEL⁴
Juliana DURAN⁵

Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG

RESUMO

O Projeto Experimental *chore, você está sendo filmado!* é um vídeo documentário sobre o monitoramento das câmeras de vigilância. O objetivo é discutir as prováveis transformações da vigilância na vida particular e social, a aceitação e submissão das pessoas à exposição, as possíveis relações de poder e disciplina representadas pelas câmeras. Buscamos apresentar as justificativas e os objetivos dos sistemas de vigilância nos ambientes públicos e privados por meios dos depoimentos de quem vigia e de quem é vigiado. Além disso, reflexões de pesquisadores e estudiosos do tema são suporte da pesquisa e dos questionamentos propostos no vídeo, produzido na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

PALAVRAS - CHAVES: câmeras de vigilância; privacidade; segurança

INTRODUÇÃO

O vídeo-documentário *chore, você está sendo filmado!* tem como proposta gerar uma discussão sobre o monitoramento feito pelas câmeras de vigilância, cada vez mais presentes em nosso dia-a-dia, e suas possíveis transformações na sociedade e no modo de viver das pessoas.

O documentário, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, fala da vigilância no cotidiano social e de aspectos como a submissão das pessoas à exposição, a privacidade, as possíveis formas de disciplina sugeridas pela a vigilância⁶, sua legitimidade, as relações de poder em questão, as transformações no comportamento e a

¹ Trabalho submetido ao XVI Prêmio Expocom 2009, na Categoria JORNALISMO, modalidade DOCUMENTÁRIO EM VÍDEO.

² Aluno líder do grupo e formado. Semestre julho de 2008, email: jana.andrade36@gmail.com

³ Formada do Curso de jornalismo julho de 2008; nadiaop84@hotmail.com

⁴ Formado do Curso de jornalismo julho de 2008; rickmaciel@globo.com

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo; julianaduran@yahoo.com.br

⁶ Como veremos a partir das discussões de Michel Foucault (2005) sobre o panoptismo.

opinião das pessoas sobre a presença das câmeras nos ambientes públicos e privados da cidade.

O videodocumentário apresenta as justificativas e os objetivos dos sistemas de vigilância na cidade, por meio das experiências de quem vigia e de quem é vigiado. Além disso, depoimentos com pesquisadores e estudiosos do também são suporte para uma possível reflexão do espectador sobre as questões propostas no vídeo.

2.OBJETIVO

As câmeras de vigilância, ora de forma discreta, ora anunciada, estão presentes em condomínios, elevadores, rodovias, aeroportos, supermercados, prisões e shoppings. Agora transformam a própria rua em um lugar de vigilância, onde o limite da privacidade entra em discussão. Vivemos em um espaço público urbano com poderosas máquinas do olhar.

Perante essa evolução, o tema *câmeras de vigilância* se torna muito atual e merece um olhar acadêmico mais aprofundado. É possível perceber grande interesse pelo assunto, mas ainda são poucas as discussões⁷ que tem como foco central os sistemas de segurança por câmeras nos locais públicos e privados das cidades. Diante dessa demanda, o grupo decidiu colocar em evidência o crescente sistema de vigilância urbano, a partir da cidade de Belo Horizonte, para provocar o debate deste tema na sociedade.

A idéia de elaborar um vídeo que fala das câmeras de vigilância surgiu como uma forma das pessoas acessarem, sob vários pontos de vista, aspectos que envolvem o funcionamento desses sistemas, que são difundidos comumente sob o termo “Sistemas de Segurança”. Entendemos, diante desse fenômeno social, que seja de extrema importância informar a sociedade sobre o assunto que influencia sua vida e estimular o debate para questões que evidentemente interferem nas interações sociais e na conduta humana individual.

Optamos por privilegiar a voz de personagens comuns que, de alguma forma, convivem com o sistema de vigilância no decorrer do seu dia. Em suas manifestações observamos a reação das pessoas, as possíveis diferenças de comportamento humano

⁷ Foi possível encontrar vários artigos acadêmicos sobre assuntos que tangem a segurança e a privacidade, mas sobre a questão câmeras de vigilância e sociedade encontramos apenas dois: “Direitos Humanos e Segurança Pública: a modernização do espaço público” de Gustavo Almeida Paolinelli de Castro e “Transparência Pública, opacidade privada: o direito como instrumento de poder na sociedade de controle” de Túlio Vianna que, inclusive, foram utilizados como bibliografia no projeto.

nos diversos ambientes e nas condições de isolamento ou coletividade. Além disso, interessou-nos pontuar questões relacionadas à coercibilidade, ou à sensação de coercibilidade. Dentre outras perguntas, indagamos o porquê de haver uma mudança de atitude ou de conduta (mesmo que não aparente) diante das câmeras.

3. JUSTIFICATIVAS

Como estudantes de comunicação, entendemos que o jornalismo tem papel de fazer com que as vozes das comunidades de sentido e, aqui mais precisamente dos vários grupos de interesse, seja difundida. Esperamos que o vídeo documentário não apenas transmita as informações desejadas e sim exerça a função de gerar um debate de uma questão pública e contribuir tanto para a Comunicação como para a sociedade.

Diante disso, pagamos como base o pensamento de Michael Kunczik. Em *Conceitos de Jornalismo* ele fala sobre o jornalismo de desenvolvimento que “é definido como o desdobramento da comunicação durante um certo período em uma área específica”⁸. Segundo Kunczik, o jornalista deve cultivar o contato com o público para conhecer e ter consciência das necessidades dos cidadãos. O jornalismo de desenvolvimento deve oferecer uma “mão orientadora” para dar sentido às coisas e aumentar a participação de todos no mundo. “O jornalismo de desenvolvimento pode então ser considerado parte da educação do povo por via dos meios de comunicação. O objetivo dessa educação é a mediação de qualificações que permitam as pessoas enfrentarem de maneira racional e autônoma as situações futuras” (KUNCZIK, 2001, p.442).

Propusemos um formato de roteiro e edição que tenta criar, com o espectador, a experiência de um debate público. Pretendemos, inicialmente, a identificação do público com os personagens do vídeo. O objetivo aqui é estimular a opinião do espectador, fazer com que ele se reconheça como ator social. O importante para nós jornalistas é colocar em pauta questões sociais para o público discutir.

Escolhemos como formato videodocumentário no intuito de também pesquisar os modos de representar⁹ as realidades do mundo que ocupamos e compartilhamos. No caso, a realidade da vigilância pública e privada. Adequa-se, portanto, ao formato

⁸ KUNCZIK, Michael. 2001, p.345. “Nesse contexto, o jornalismo de desenvolvimento assume papel de mediador, porque os pontos de vista dos vários grupos de interesse devem ser proclamados publicamente”.

⁹ Para Bill Nicholls, os documentários mostram aspectos ou representações auditivas e visuais de uma parte do mundo histórico. Eles significam ou representam os pontos de vista de indivíduos, grupos e instituições. Também fazem representações, elaboram argumentos ou formulam suas próprias estratégias. (NICHOLLS, 2005, *passim*)

documentário e ao formato reportagem, embora esta definição seja, para nós aqui, menos importante.

O vídeo é relativamente conduzido pela visão do grupo, no que apresenta uma perspectiva autoral. Apesar de ser constituído pelos depoimentos das pessoas entrevistadas, o questionamento partiu da pesquisa acadêmica, não somente acerca do audiovisual, como acerca das questões comunicacionais que envolvem o fenômeno. Como veremos adiante.

A abordagem proposta nos proporcionou alternativas que expandiram as nossas idéias e às vezes desafiaram as nossas convenções das práticas jornalísticas. Para Bill Nichols, os documentários nos dão a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção e proporcionam novas visões de mundo a serem exploradas e compreendidas.

Os documentários muitas vezes assumem o papel de representantes do público. Eles falam em favor dos interesses dos outros, tanto dos sujeitos tema de seus filmes quanto da instituição ou agência que patrocina sua atividade cinematográfica. (NICHOLLS, 2005, p. 28)

Pelo fato dos documentários não serem uma reprodução da realidade, eles acabam adquirindo uma voz própria. A voz do documentário é, portanto, o meio pelo qual esse ponto de vista ou essas perspectivas singulares se dão a conhecer. A oportunidade de representarmos questões que fazem parte do nosso contexto atual e podermos dar voz para pessoas comuns, que muitas vezes são esquecidas pela história oficial e pela mídia, é de extrema importância para nós estudantes de Comunicação. Deparamo-nos com o desafio de fomentar um debate social sobre um tema pouco discutido pelas pessoas, como verificamos.

Segundo Vera França, analisar os sujeitos em comunicação é achar nos textos as marcas que os interpelam e no posicionamento e falas desses sujeitos a maneira como eles respondem, atuam e produzem.

Por esse caminho a análise comunicativa vai buscar a atualização de possibilidades, a realização e experiência vivas que marcam sua adequação às (e as modificação das) estruturas nas quais esses sujeitos estão inseridos. Não se trata, portanto, da análise de um texto, ou da caracterização de um sujeito, mas do movimento dos textos (narrativas, discursos, representações) no contexto das interlocuções. É neste movimento que os sujeitos (agentes e pacientes dos processos comunicativos) ganham existência – e é onde podem ser apanhados. (FRANÇA, 2006, p 86)

É justamente pelo interesse do grupo de representar o sujeito e suas perspectivas como integrante de uma sociedade, que abordamos esse fenômeno social no nosso documentário.

A proposta do projeto foi idealizada pela inquietação do grupo ao observar o crescimento da vigilância eletrônica e um aparente conformismo da sociedade diante da vigilância. Outra questão que incentivou o grupo na escolha do tema foi o limite da privacidade diante do freqüente argumento de se garantir a segurança das pessoas.

4. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Como pretendíamos produzir um vídeo documentário que apresentasse as relações existentes entre os sujeitos e as câmeras de vigilância, buscamos vários caminhos. Por exemplo, criamos uma simulação de uma perseguição de câmeras em que o entrevistado se mostrou incomodado por estar sendo perseguido por uma câmera. Fomos a lugares privados para observar a reação das pessoas que trabalham sendo monitoradas pelas câmeras de vigilância. Conversamos com responsáveis do projeto “Olho vivo”, programa implantado na capital mineira, pela Prefeitura Municipal em conjunto com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Câmara de Dirigentes Logistas, A intenção destas partes, como demonstra o vídeo, é diminuir índices de criminalidade nos locais onde há sua maior incidência. Diante de vários caminhos que tomamos, o que privilegiamos foi a informação para a sociedade e o ambiente do debate.

Pelo lado acadêmico, preferimos entrevistar os especialistas e estudiosos enfatizando apenas suas falas, que aparecem em *letteres*, e não suas imagens. Fizemos questão de mostrar as pessoas que filmam e que são filmadas, evidenciando as diferenças de princípios, valores e as justificativas que ambas apresentam em relação à vigilância. A princípio fizemos opção por não identificar autoridades e especialistas por entendermos que a fala do especialista torna o público “passivo” diante de questões que são de seu interesse direto. Isso, como se fosse responsabilidade apenas de especialistas e autoridades, e não das pessoas comuns, discutirem e decidirem os interesses sociais. A identificação dos especialistas era feita apenas nos créditos do vídeo. Por sugestão da banca, identificamos os especialistas nos *letteres*. Concordamos, em parte, que a fala em sonora dos cidadãos, que não têm, propositadamente, o nome identificado, já aproximaria o público do debate. A fala deve ser de interesse e de oportunidade de todos. Mas entendemos ainda caber uma discussão sobre essa identificação.

Vale salientar que todos os participantes assinaram um termo (do qual tem cópia com os contatos da equipe) autorizando a divulgação de sua opinião, voz e/ou imagem e todos os modos de identificação no vídeo, tendo sido absolutamente respeitados em suas vontades.

5. DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

Durante a elaboração da proposta de pesquisa e durante sua execução focamos os estudos em Comunicação Social em representação e construção do eu na sociedade, interação, práticas de controle social, dentre outras referências mencionadas neste relatório. O grupo chegou a hipóteses que sustentaram a produção do documentário. Elas são explicadas, sucintamente, a seguir.

5.5.1 Interação sujeito e câmera

Segundo os interacionistas da Escola de Chicago, os homens não agem em função das coisas, mas do significado que essas tomam no processo de percepção, interpretação e atuação no mundo. As diversas formas de interação que os sujeitos têm com as câmeras de vigilância são objetos de estudos relevantes, pois podem nos dizer da construção do agir humano em condição de vigilância, no que se diferencia da condição de privacidade. Dentre as questões levantadas pela equipe está a de que as pessoas reagem às câmeras sem saber exatamente o sujeito que as observa. Então as câmeras poderiam alterar a conduta humana a partir de uma outra relação de alteridade. Que relação é essa e como se estabelece parece-nos uma questão relevante.

5.5.2 O Panóptico

O Panoptismo, tratado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, apresenta as características de um modelo vigilante, construído para vigiar as pessoas de forma extremamente eficaz. Foucault mostra a relação dos cidadãos com o panóptico e como a pessoa é induzida a um estado consciente e permanente de visibilidade garantindo o funcionamento automático do poder. Isso quer dizer que a própria pessoa estabelece uma conduta de “vigiado”, ainda que não o seja em determinados momentos.

Segundo Túlio Lima Vianna, em sua tese *Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle*, mesmo com uma arquitetura onde muitos vigiam poucos, o panóptico é “um

instrumento disciplinar de impor comportamentos desejados aos institucionalizados” (2006, p.53) e, por isso, também se torna instrumento onde poucos vigiam muitos.

O panóptico é um instrumento para que poucos vejam muitos, mas também e principalmente para que estes poucos imponham a estes muitos um comportamento desejado. É forçoso constatar que os meios de comunicação de massa efetivamente exercem um poder em seus expectadores ao impor-lhes uma série de comportamentos. Este poder, porém, não pode ser considerado disciplinar, pois não está fundado em uma vigilância hierárquica ou em uma sanção normalizadora. (VIANNA, 2006, p. 53).

Para Viana, as tecnologias de monitoramento e de comunicação contribuem muito para o exercício do poder pela vigilância hierárquica ou pelos *mass media*, sem exercer um poder disciplinador. O autor afirma com isso que estamos em uma sociedade “pós - disciplinar”, na qual a sociedade disciplinar retratada por Foucault foi substituída por “monitorar, registrar e reconhecer”. Tentamos verificar essas mudanças na contemporaneidade, mas elas parecem se sobrepor, e não substituir, as condições postas pelo panoptismo.

5.5.3 O Sinóptico

Surge, no final da década de 90, uma nova teoria denominada Sinoptismo, de Thomas Mathiesen (1998), que apresenta a situação em que muitos vigiam poucos. O Sinoptismo é, por natureza, o ato de vigiar despreendendo os vigilantes de sua localidade, transportando-os, pelo menos espiritualmente, ao ciberespaço, no qual não importa mais a distância. Os alvos – pessoas vigiadas – agora deixam de ser somente vigiados e passaram a ser os vigilantes.

5.5.4 A questão da imagem

Erving Goffman acredita que quando um indivíduo chega à presença de outros, eles procuram obter informações recíprocas a seu respeito ou trazem à baila as que já possuem. Estarão interessados na situação sócio-econômica, no que pensam de si mesmos, na atitude do outro a respeito deles, capacidade e confiança que merecem. A informação a respeito do indivíduo serve para definir sua situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que se pode esperar dele. Assim, eles saberão qual a melhor maneira de agir para obter uma resposta desejada. Tentamos, a partir dos

depoimentos, entender quais elementos, na condição de vigilância, são balizadores da conduta humana nas situações de vigilância mediada por câmeras.

Mostramos que, em alguns casos, transgredir a regra social diante das câmeras pode ser uma atitude que revela a “ausência” da retaliação do outro e a manifestação do “eu” tolhido: “eu posso, eu sou”, como discutimos em orientação.

5.5.4 A questão da Lei

O governador Aécio Neves assinou, no dia 1º de Setembro de 2007, um convênio com representantes do comércio e com a polícia militar para implantação do projeto “Olho Vivo”, que terá duração de 50 anos. O projeto consiste em um sistema de vigilância que funcionará 24 horas por dia, com a utilização de câmeras de vídeo na cidade. Estas câmeras já funcionavam em caráter experimental desde 2005. Em novembro de 2007, por meio da Lei 15.435/05, 72 câmeras foram instaladas no hipercentro de Belo Horizonte, em regiões como Barro Preto e Savassi. Essas apresentaram maior índice de criminalidade na área central da capital mineira, segundo a Agência Minas do Governo de Minas Gerais. No vídeo há apontamentos sobre a legitimidade dessa Lei e seus limites, para o que fizemos também uma consultoria jurídica.

5.5.5 Câmeras de vigilância X mídia

Por se tratar de um tema atual, a implantação das câmeras de vigilância timidamente tem se tornado pauta das discussões acadêmicas sempre em torno de questões éticas e judiciais. É necessário, no âmbito na Comunicação Social, discutir cada vez mais a questão do interesse público, a privacidade dos indivíduos e a legitimidade da vigilância pública.

Até que ponto, por exemplo, vai o ideal de segurança ao mostrar uma imagem em rede nacional de câmeras de vigilância de algum ato de violência? Como o limite de privacidade vira interesse público? Nos telejornais, assuntos como flagrantes de assaltos, envolvimento de políticos em escândalos, dentre outros fatos ilícitos, passam a ser ilustrados através de imagens de câmeras escondidas e de vigilância e difundidos em canal aberto de televisão. Qual a contribuição disso? Pontuamos no vídeo essa questão.

Ademais, buscamos preencher a lacuna de que a opinião das pessoas “vigiadas” não aparece com frequência na mídia. Nas reportagens gravadas e pesquisadas, essa voz não aparece nenhuma vez.

6. CONSIDERAÇÕES

A partir do documentário “chore, você está sendo filmado” percebemos que as pessoas, mesmo que saibam da vigilância, discutem pouco a questão em sociedade. O argumento preponderante é o que posiciona as câmeras como fator de segurança e legitimador da moral social, ou do comportamento e das expectativas de conduta vigentes. A idéia de “quem não deve, não teme” parece se sobrepor à questão da privacidade, embora não tenha esta pesquisa caráter quantitativo. O nosso princípio no vídeo tenta ser o de privilegiar a argumentação.

Parece-nos que nos ambientes privados a câmera toca a questão da privacidade com mais evidência, levando os sujeitos a se sentirem mais incomodados e a refletirem sobre a invasão que as câmeras representam e sobre as mudanças em sua própria conduta.

A crescente vigilância feita por câmeras e meios tecnológicos na atualidade põe em discussão os limites da busca da segurança e as interferências que as câmeras causam na sociedade. Além das câmeras de vigilância, temos no nosso dia-a-dia uma gama imensa de outros artefatos tecnológicos que estão diretamente ligados ao nosso cotidiano: radares de trânsito, sensores de mercadorias em lojas, monitoramento de veículos via satélite, leitores digitais usados como chaves na abertura de portas, monitoramento de presos em liberdade condicional além das pessoas que disponibilizam a privacidade de suas casas na rede. Diante desta situação, o mundo de hoje pode estar ficando mais parecido com aquele imaginado no final da década de 1940, pelo escritor inglês George Orwell em seu clássico “1984”, onde nenhum local estaria a salvo da vigilância permanente. Contudo, com graus de complexidade que talvez Orwell, com toda sua perspicácia, não tenha imaginado.

Entendemos que essa discussão merece ser, desta forma, levada adiante.

6. REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.



CABRAL, Plínio. *A nova lei do direito Autoral e de Imagem*. 4.ed. Belo Horizonte: Editora Harbra, 2003

CANCILINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASTRO, Gustavo Almeida Paolinelli de. Direitos Humanos e Segurança Pública : a modernização do espaço publico p. 7. disponível em: <<http://conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Gustavo%20Almeida%20Paolinelli%20de%20Castro.pdf>> acesso em 30/04/2008.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. 24. ed. - São Paulo, Ed Saraiva, 2000.

ESCHER, Thiago; BALDY, Heloisa. “Futebol e Televisão: fechem os portões, liguem as câmeras, o show vai começar”, 2005. Disponível em <[www.unicamp.br/fef/publicacoes/coneccoos/v3m1/futebol%](http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/coneccoos/v3m1/futebol%20)> Acesso em 12/10/2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATHIESEN, Thomas. *A sociedade espectadora. O panóptico de Michael Foucault revistado*. In: *Revista Margem*: PUC-SP. n° 8, 1998

NICHOLLS, Bill. *A Introdução ao Documentário*. São Paulo: Papyrus, 2005.

RUDIGER, Francisco. *Introdução à Teoria da Comunicação*. São Paulo: Editora Edicon, 1998.

VIANNA, Túlio. *Transparência pública, opacidade privada; O direito como instrumento de poder na sociedade de controle*. Rio de Janeiro: Editora Revan , 2007.

VIRILIO, Paul. *Espaço Crítico: E as perspectivas do tempo real*. São Paulo: Editora 34,1999.